

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: Neve dificulta início do Fórum Econômico Mundial em Davos](#) 5

Valor Econômico

[Título: PL abre caminho para resolver pendências, diz secretário](#) 10

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Maia traça plano B, com foco em Eletrobras.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Com 24% de vendas, joint venture nasce já como maior empresa de lubrificantes.....	3
Título: Exportação de etanol cresce 50% em janeiro.....	4
Título: Neve dificulta início do Fórum Econômico Mundial em Davos	5
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Aleluia diz que usará todo o tempo para discutir Eletrobras	7
Título: Com parcela maior da outorga, projeção de receita pode subir	9
Título: PL abre caminho para resolver pendências, diz secretário	10
Título: Golden share amplia apoio à privatização no Congresso	12
Título: EDP vende mais energia.....	14
Título: Vinci Partners estuda disputar leilão de privatização da Cesp	14

Título: União barra negócio entre Eletronorte e Abengoa	15
Título: Aneel analisa proposta de parcelar débitos de GSF	17
Título: Sócios trabalham mudanças na Braskem	18
Título: Consumo de aço no país volta a crescer pela primeira vez desde 2013	19
Título: Destaques	21
Título: Petros planeja venda de imóveis e cogita investimento no exterior	21

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Cristiane Jungblut

Título: Maia traça plano B, com foco em Eletrobras

Já Padilha diz que, sem reforma, Previdência vai paralisar o Estado.

Sem otimismo para votar a reforma da Previdência em fevereiro, o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), já costura uma agenda econômica alternativa à proposta de reestruturação do sistema previdenciário. Ele defende a votação de outros pontos de interesse do governo e do mercado. Entre as prioridades de Maia estão o projeto de lei que trata da privatização da Eletrobras, encaminhado ontem ao Congresso pelo presidente Michel Temer; a reoneração da folha de pagamento de alguns setores; e as medidas provisórias que tratam do adiamento do reajuste dos servidores e do aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo. As duas MPs tiveram seus efeitos suspensos, mas o presidente da Câmara acredita que o Supremo Tribunal Federal (STF) vai reverter esse quadro.

Para Maia, o governo demora a encaminhar as propostas, aumentando a contaminação do debate pelo clima eleitoral. Ele chegou a dizer, na semana passada, que o governo deveria ter enviado em outubro — e não agora — o projeto da privatização da Eletrobras. O texto com as regras foi enviado ao Congresso ontem em regime de urgência, para que a tramitação ocorra mais rapidamente.

Maia também costuma argumentar que não adianta ficar apenas esperando o governo obter os 308 votos necessários para a aprovação da Previdência.

Já o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, saiu em defesa da votação da reforma da Previdência, afirmando que o sistema do INSS, sem mudanças, "promoverá a paralisação do Estado brasileiro"! O governo está irritado com as movimentações para deixar a votação da reforma para novembro, embora isso seja considerado mais viável pelos parlamentares que não querem se desgastar com este assunto antes do pleito de outubro.

— O Orçamento de 2019, com um crescimento igual no déficit, imporá nova redução em investimentos em infraestrutura e na área social. O grande e crescente déficit ajudará a mostrar a todos os parlamentares que o modelo atual de Previdência tem que ser mudado, caso contrário, promoverá a paralisação do Estado brasileiro — disse Padilha.

O ministro ponderou que o governo tem que mexer em outras rubricas do Orçamento para fechar as contas devido ao déficit, pois há a restrição do teto dos gastos.

Opinião : Ajuste

A Partir de uma legislação sensata para atrair investidores, o setor de petróleo e gás volta a acelerar, com a vinda de empresas estrangeiras atrás de associações no país, para atuarem no setor de serviços neste segmento da indústria.

Surge, então, uma alternativa importante para a absorção de técnicos que ficaram desempregados na debacle que atingiu a Petrobras e a cadeia de seus fornecedores, devido ao esquema de corrupção que tomou conta da estatal.

O mercado vai, então, se ajustando, enquanto grandes empreiteiras que atuaram no assalto à companhia prestam as devidas contas à Justiça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Com 24% de vendas, joint venture nasce já como maior empresa de lubrificantes

Mercado Aberto

A joint venture de lubrificantes formada por Chevron e Ipiranga começou a operar em dezembro e passa a atender pelo nome de Iconic. A aprovação do Cade (conselho de defesa econômica) havia sido dada nove meses antes, e o anúncio foi feito há um ano e três meses.

O tempo entre a concretização do acordo e o início da operação de fato foi normal para negócios desse porte, afirma o diretor-presidente Leonardo Linden. "Só depois da aprovação as empresas podem começar a interagir. Um processo que envolve uma estrangeira e outra nacional deve ser cuidadoso, os clientes não podem sentir diferenças, e eles são muitos, 115 mil", afirma.

A nova companhia manterá os nomes dos produtos que existem no mercado. Ela já começa como a maior do setor, com 24% de participação nas vendas, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo). A Petrobras Distribuidora, a segunda, tem uma fatia de 22,6%.

Ser a líder dá uma vantagem competitiva na hora de negociar preços com fornecedores, segundo Linden.

"Teremos uma posição mais favorável que as empresas tinham individualmente. Já somos os maiores consumidores de alguns tipos de óleo, e espero que tenhamos capacidade de extrair mais valor [desse porte]."

A Ipiranga tem 56% da Ico-nic, e a Chevron, 44%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Exportação de etanol cresce 50% em janeiro

Os embarques de etanol devem somar pelo menos 150 milhões de litros neste mês, 50% mais do que em igual período do ano passado. O aumento de volume embarcado não deve alterar as estimativas de equilíbrio entre exportações e importações em 1,5 bilhão de litros de abril de 2017 a março de 2018. Parte desse produto que está sendo escoado vem dos 84 milhões de litros que saíram das usinas no mês passado.

Arco Norte Pelo menos 43% das exportações de grãos feitas pelos mato-grossenses em 2017 saíram pelo chamado Arco Norte. O porto de Barca-rena (PA) foi o destaque, com acréscimo de 92,6%.

Ainda Santos A maior parte da soja exportada pelos mato-grossenses, contudo, ainda sai pelo porto de Santos (SP), segundo dados do Imea (instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária).

Devolução A IBS vai restituir 0,8 ponto percentual da taxa de 2,3% descontada do Funrural dos pecuaristas que tiveram animais abatidos na empresa do início do ano ao dia 9 deste mês.

Nova lei A lei 13.606, de 2018, publicada no "Diário Oficial da União" de 10 de janeiro, fixou em 1,5% a alíquota (1,2% de Funrural, 0,1% de seguro e 0,2% de Senar).

Envelhecimento Apenas 5,6% das fazendas europeias são geridas por jovens com menos de 35 anos. Isso preocupa o setor, que vê queda de competitividade e de garantia de produção no futuro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mundo

Autor: MARIA CRISTINA FRIAS LUCIANA COELHO ENVIADAS ESPECIAIS A DAVOS (SUÍÇA)

Título: Neve dificulta início do Fórum Econômico Mundial em Davos

Uma tempestade de neve que se estende desde o fim de semana e reduziu o acesso por estrada ao resort de Davos, onde começa nesta terça-feira (23) a 48ª reunião anual do Fórum Econômico Mundial.

Com a neve acumulada em quase um metro, a viagem de Zurique até a cidade nos Alpes, normalmente feita em pouco mais de duas horas, levava de cinco a seis horas nesta segunda, deixando parte da elite econômica mundial presa em longos engarrafamentos.

Os eventos da noite de abertura atrasaram quase uma hora; e com a expectativa de uma audiência recorde devido à alta concentração de governantes esperados –mais de 70, incluindo o americano Donald Trump, as filas para passar pela segurança e entrar no Centro de Congresso se alongavam.

Nem todos conseguiram chegar a tempo da cerimônia de abertura, com o discurso do fundador e chairman do fórum, Klaus Schwab, sobre o tema desta edição, "Criar um Futuro Compartilhado em um Mundo Fraturado", e a entrega do Crystal Awards, que entre os homenageados teve o cantor britânico Elton John.

O músico exortou a plateia de pesos-pesados das finanças, da política e dos negócios a agir para reduzir a desigualdade. O mesmo recado veio do papa Francisco, que enviou uma mensagem pedindo uma economia mais humanizada.

Embora a redução da desigualdade seja um tema prevalente no fórum deste ano, que aborda a transformação do mercado de trabalho, ambiente e energia e o papel das mulheres, o tom geral do evento é de otimismo.

Mais cedo, o Fundo Monetário Internacional divulgou suas projeções de crescimento da economia global para este ano e o próximo, ambas revisadas para cima para 3,9%.

A diretora-gerente do FMI, Christine Lagarde, fez a ressalva em seu pronunciamento na tarde desta segunda, ao apresentar o relatório: "Ainda existe gente demais de fora da recuperação: na verdade, um quinto dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento viram sua renda per capita encolher em 2017", afirmou, pedindo que os governantes e executivos não se acomodassem em uma "nova mediocridade" do ciclo econômico, agindo para aparar arestas e ajustar as contas.

A tradicional pesquisa da consultoria PwC com CEOs de 85 países indicou que as expectativas estão em seu nível mais alto desde 2012, quando as grandes economias começaram de fato a sair da crise que atingiu a economia global nos quatro anos anteriores.

VITRINE

Nesta terça, o fórum começa para valer. Serão mais de 400 sessões, incluindo pronunciamentos de presidentes e primeiros-ministros como Trump, o francês Emmanuel Macron, a alemã Angela Merkel, o italiano Paolo Gentiloni, o argentino Mauricio Macri e o brasileiro Michel Temer, que fala na quarta-feira, único dia em que estará em Davos.

O presidente desembarca nesta terça em Zurique, onde passa a noite e se dirige para os Alpes na própria quarta, antes de voltar novamente a Zurique e partir para o Brasil, na quinta. Com 10 mil habitantes, a estação de inverno suíça não comporta comitivas presidenciais, apesar da vasta rede hoteleira.

A agenda do presidente está fortemente concentrada em negócios e energia. Os ministros da Fazenda, Henrique Meirelles, e de **Minas e Energia, Fernando Bezerra Coelho**, têm agenda cheia durante os quatro dias de encontro, assim como os presidentes da Petrobras, Pedro Parente, e da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior.

O prefeito de São Paulo, João Doria, também veio a Davos e avalia que o interesse no Brasil é forte, apesar do rebaixamento da avaliação do Brasil pela agência de classificação de risco Standard & Poor's.

"Todos os meus encontros com empresários estrangeiros em Davos foram agendados a pedido das empresas. E foram todos confirmados, mesmo com o 'downgrading'", disse Doria à Folha.

Animados com a expectativa de recuperação, os governantes querem vender seus países à elite empresarial e financeira global como bons lugares para investir.

Nenhum discurso, no entanto, é tão esperado como o do americano Trump na sexta-feira. Embora tenha acabado de completar um errático primeiro ano na Casa Branca, o republicano tem bons dados econômicos para mostrar, sobretudo sua reforma tributária, com a qual pretende promover consumo e investimento no curto prazo.

A velocidade e o fôlego da celebrada recuperação, contudo, podem depender de o quanto Trump conseguirá convencer os investidores de sua capacidade de manter seu país nos trilhos apesar de seu humor volátil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Aleluia diz que usará todo o tempo para discutir Eletrobras

Futuro relator do projeto de lei de privatização da Eletrobras, o deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-RJ) amenizou o tom, antes bastante crítico, sobre a proposta, mas ainda afirma que não apoiará a venda do controle da estatal "apenas para fazer caixa" este ano para que o governo possa cumprir sua meta fiscal. E avisa que usará "todo o tempo regimental" para discutir o texto, o que pode comprometer o calendário do Executivo de concluir a operação ainda este ano.

"Não posso entender que a Eletrobras será tratada como mero gerador de caixa a curto prazo", afirmou Aleluia ao **Valor**. Um dos parlamentares com maior conhecimento do setor elétrico, o deputado é ex-presidente da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), que será afetada pela operação. "Se fosse para referendar o que veio [do governo], eu não poderia ser relator. Quando o presidente Rodrigo Maia me escolhe é porque ele quer que o assunto seja tratado com qualidade, paciência e espírito público", disse.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), indicará Aleluia para relator do texto e o deputado Hugo Motta (MDB-PB) para presidir a comissão especial que será criada na volta do recesso, em fevereiro, para debater o projeto e elaborar um parecer. O cotado para a relatoria antes era o deputado Fábio Garcia (sem partido-MS), aliado do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, mas, segundo Maia, Garcia preferiu ser relator de outro projeto e Aleluia foi escolhido.

Líder do DEM, o deputado Efraim Filho (PB) defende a escolha do colega, apesar das críticas ao governo. "Ele transitou no seguimento durante muito tempo, conhece como poucos", disse. "É impossível antecipar hoje onde vai dar [esse processo]. O que se pode saber é que o Aleluia terá a cabeça extremamente aberta ao diálogo e na construção do melhor texto."

O futuro relator é um dos mais críticos no Congresso ao modelo de privatização sugerido. A proposta é que a empresa lance novas ações no mercado, numa operação para se capitalizar. A União, que detém 51% das ações com direito a voto, não entraria na negociação e veria diluída sua participação para 40%. Toda a operação renderia pelo menos R\$ 12 bilhões para o governo.

Aleluia, contudo, evitou repetir as críticas agora e disse que, como relator, não terá nenhuma posição por enquanto. "Não vou sair dizendo o que eu faria, porque agora sou eu que vou fazer", desconversou. Ele defendeu, porém, que o debate ficou restrito a um "pequeno grupo" e que a discussão será ampliada para a sociedade, com a inclusão de setores ligados ao ambiente e a regiões desprezadas até agora.

Segundo Aleluia, o projeto será discutido "sem pressa", no "prazo máximo" de tramitação - que, regimentalmente, pode ser de 5 a 40 sessões de plenário, dependendo de como for classificada a proposta, o que ainda não ocorreu. As 40 sessões, no cenário mais otimista, necessitariam dois meses.

O governo mandou a proposta sem regime de urgência, o que obrigaria a votação pela Câmara em no máximo 45 dias, ou a pauta de plenário ficaria "trancada", com os deputados impedidos de votar outros projetos. Os líderes partidários, contudo, podem apresentar requerimento de urgência e votar direto no plenário.

Entre os especialistas que serão ouvidos, Aleluia cita o ex-presidente da Eletrobras José Luiz Alquéres, que escreveu "carta aberta" em que ataca o modelo de privatização, aponta problemas no plano do governo, como o alto endividamento de distribuidoras e os prazos apertados.

O deputado do DEM também já chegou a criticar os R\$ 9 bilhões que o governo colocou no projeto para obras na região do rio São Francisco, que corta vários Estados do Nordeste, caso ocorra a venda, dizendo que se tratavam de "migalhas" e que deveria ser seguido um modelo de gestão como o da Fundação Chile. Agora, contudo, ele não quis tratar desse ponto, que considerou "pequeno". O principal, disse, é discutir o modelo de privatização com a sociedade.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Com parcela maior da outorga, projeção de receita pode subir

A possibilidade de União ficar com "até 2/3" do valor da outorga a ser paga pela Eletrobras, previsto no projeto de lei da privatização enviado ao Congresso, coloca um forte viés de alta na projeção de arrecadação federal com o processo. O orçamento deste ano trabalha com uma receita de R\$ 12 bilhões. O número já era considerado conservador quando se falava que a União ficaria só com 1/3 do valor da outorga, mas agora, segundo uma fonte do governo ouvida pelo **Valor**, a chance de ficar acima disso é muito maior.

Para este interlocutor, o risco para efetivação dessa receita hoje é mais derivado do tempo que o Congresso vai levar para aprovar o projeto de lei. Para que a arrecadação se concretize este ano, a matéria teria que ser sancionada ainda no primeiro semestre, permitindo que o leilão fosse efetuado por volta do mês de novembro, a tempo de a outorga ainda entrar nas contas de 2018.

"Se o leilão for neste ano, com certeza teremos uma arrecadação entre R\$ 15 e R\$ 20 bilhões para a União", salientou a fonte, destacando ainda que, diferentemente do que ocorrerá para o governo federal, o 1/3 restante que vai ser direcionado para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) será pago de forma diluída, em moldes parecidos ao definido para o aporte de R\$ 9 bilhões que a Eletrobras terá que investir na revitalização do São Francisco, que, neste caso, será diluído ao longo de 30 anos.

Esse aporte na CDE visa fazer com que parte dos ganhos gerados pela privatização da empresa cheguem para o consumidor. O problema é que, na realidade, isso vai apenas atenuar a provável alta de preços que deve ocorrer com a chamada "descotização". Isso ocorre porque ao substituir o sistema de cotas a preço definido para a venda de energia pelo uso do preço de mercado, o valor que chegará ao consumidor de energia será mais caro. O outro lado dessa história é que o faturamento da Eletrobras será bem maior, fortalecendo a companhia, como destaca a fonte.

Apesar desse cenário mais positivo para a arrecadação com o processo de privatização, a fonte explica que parte dos recursos poderá ser redirecionado pela União à companhia privatizada, por meio de alguns ajustes a serem feitos. Um deles se refere aos R\$ 3,5 bilhões que constam da Medida Provisória 814 (que permitiu a privatização da empresa e está suspensa por liminar), que define o "pagamento de despesas de combustível dos sistemas isolados pela União para 2018".

O projeto de lei da privatização da Eletrobras também prevê que a União poderá indicar mais um representante no conselho da estatal por conta da criação da golden share (ação de classe especial que dá à União direito a veto em questões estratégicas). A medida foi feita para aplacar a demanda de setores do governo que queriam garantir que a presidência do conselho da empresa privatizada ficaria com a União, ideia que não era bem vista por outra ala pelo risco de gerar desconfiança sobre possíveis ingerências do governo.

Vale ressaltar ainda que o texto enviado ao Congresso estabelece que nenhum acionista terá poder de voto superior a 10% do capital votante, de forma a configurar claramente que ela será uma corporação, como a Embraer.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: PL abre caminho para resolver pendências, diz secretário

O envio do projeto de lei (PL) da privatização da Eletrobras ao Congresso ontem animou o mercado, diante da expectativa de que o governo poderá agora se concentrar para resolver também outras questões do setor elétrico. Ao **Valor**, o **secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa**, disse que questões "preparatórias" da operação poderão ser destravadas já a partir de agora, como a cisão da Eletronuclear e de Itaipu, que passarão a compor uma empresa "espelho" da elétrica e que vai permanecer estatal.

"Tudo isso pode começar a ser feito agora, porque o governo já formalizou a intenção de privatizar a companhia ao Congresso", disse Pedrosa. O início oficial dos estudos para privatização, porém, ainda depende da Medida Provisória (MP) 814, publicada no fim do ano e que revogou a proibição da Eletrobras ter o controle vendido. A Justiça suspendeu a validade da MP, e a União segue tentando derrubar a decisão judicial.

As incertezas quanto ao processo, no entanto, persistem, assim como as dúvidas sobre o poder que a União terá na composição do conselho de administração da empresa. A chamada "democratização" da Eletrobras - como o

governo classifica - também não é consenso no setor elétrico. Segundo especialistas ouvidos pelo **Valor**, além de parte da classe política e entidades sindicais, o governo pode enfrentar resistências dentro do próprio mercado de energia elétrica.

No setor, uma das críticas mais incisivas foi de José Luiz Alquéres, ex-presidente do conselho de administração da Eletrobras durante o governo Temer e experiente personalidade do setor elétrico. Ele é contrário à pulverização do controle da empresa, que passará ser administrada por fundos de investimentos sem vínculo estratégico com o setor elétrico. Defende a venda da elétrica em blocos e para grupos específicos da área de energia.

"Não há um desenho lógico do que se busca. Numa metáfora, a Eletrobras virou uma grande construção central, cheia de infiltrações e acrescida de dezenas de 'puxadinhos' com uns poucos programando celebrar seus churrascos na laje", disse Alquéres, em carta aberta sobre o PL.

A ideia do governo, no entanto, é privatizar a companhia por meio de um aumento de capital, no qual a União terá sua fatia diluída. Para garantir que o controle será pulverizado, o PL prevê que os investidores terão limite de voto a 10% do capital da companhia. "Esse é um tema que foi muito discutido no governo, que tem convicção de que precisa ter uma voz na Eletrobras e preservar a companhia como uma corporação, promovendo a competição que vai beneficiar os consumidores", disse Pedrosa.

A limitação de voto a 10% tem sido bem recebida pelo mercado, mas o artigo do PL que menciona a composição do conselho dá espaço para interpretações diversas e deverá ser aprimorado ao longo da tramitação do projeto. O artigo em questão assegura que a União, na qualidade de detentora da "golden share", terá o direito de indicar um membro adicional ao conselho de administração, "além da indicação de membros em decorrência e na proporção da titularidade das ações ordinárias detidas por ela ou por outros entes da administração pública."

Segundo Pedrosa, essa indicação de conselheiros será restrita aos 10% de voto que a companhia vai ter, fazendo com que a União só tenha a garantia de indicar dois membros para o colegiado. Especialistas ouvidos pelo **Valor**, porém, apontam que o texto está dúbio e que uma interpretação é que, se o governo ficar com 40% da empresa, poderá indicar conselheiros nessa mesma proporção.

Outra questão que ainda está pendente no setor e que pode afetar o desenrolar da privatização é a judicialização em torno do déficit de geração das hidrelétricas (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). De acordo com

Pedrosa, isso vai ser abordado no resultado da consulta pública que trata da reforma do governo, que está sendo concluído pelo MME.

Depois de meses de espera, o envio do PL ao Congresso foi bem recebido no mercado. As ações preferenciais classe B (PNB) da Eletrobras fecharam com alta de 4,25%, a R\$ 21,58 enquanto as ordinárias (ON) subiram 7,26%, a R\$ 18,77. O cenário mais otimista do Santander aponta para ganho de R\$ 8 por ação no caso de uma privatização bem-sucedida, disse a analista Maria Carolina Carneiro.

A avaliação da analista do Santander leva em conta de que a energia hoje contratada no regime de cotas (que paga uma receita para operação e manutenção dos ativos) será vendida a um preço médio de R\$ 140 por megawatt-hora (MWh) nos 30 anos de concessão. Desse total, a analista subtraiu a receita que a Eletrobras recebe hoje por essa energia - em torno de R\$ 40/MWh - e também a contribuição que o PL prevê para a revitalização do rio São Francisco.

Trazendo a valor presente líquido, o ganho adicional que a companhia teria com a concessão seria de R\$ 30 bilhões. Considerando que a elétrica ficará no máximo com um terço desse montante, R\$ 10 bilhões, o efeito positivo no Ebitda seria de R\$ 6,5 bilhões. "É o melhor cenário possível em nossa análise", destacou Maria Carolina.

A descotização também é questionada no setor. Na opinião de Renato Queiroz, pesquisador associado do Grupo de Economia da Energia da UFRJ (Gesel/UFRJ) e diretor do instituto Ilumina, a companhia deveria se concentrar na venda de suas distribuidoras e nas participações em cerca de 180 sociedades de propósito específico (SPEs).

Queiroz defende que essas hidrelétricas continuem operando sob o regime de cotas, criado pela MP 579, de 2012, mas que seja aplicado reajuste ao valor das cotas, para cerca de R\$ 100/MWh. Dessa forma, explicou ele, as usinas se tornam rentáveis para a Eletrobras, por um preço de energia mais baixo do que o comercializado livremente e sem a necessidade de pagamento de bônus à União. "A Eletrobras voltaria a ter lucro e ser atuante com as usinas com reservatórios como 'backup' de fontes intermitentes", disse Queiroz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto e Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Golden share amplia apoio à privatização no Congresso

A criação de uma golden share para garantir que a União terá direito a veto em decisões estratégicas da Eletrobras deve ampliar o apoio no Congresso à proposta de privatização da estatal, embora seja vista, no mercado, como um ponto negativo à operação. Sondagem da empresa mostrou que 17% dos parlamentares que se mostravam críticos à venda mudavam de ideia quando essa prerrogativa era mantida nas mãos do governo.

O governo acredita que conseguirá aprovar o projeto a tempo de viabilizar a operação de capitalização, com oferta de novas ações sem a subscrição pela União, ainda em 2018. Apesar de identificar focos de resistências no Congresso, a confiança manifestada por interlocutores do Executivo é sustentada pelo resultados de pesquisas feitas com parlamentares e do baixo quórum exigido para aprovar o texto: de apenas metade dos deputados e senadores mais um.

A golden share (ação de ouro) é um tipo de ação que garante à administração pública, em empresas estatais ou de capital misto, o poder de veto em determinadas decisões. No caso da Eletrobras, pela proposta enviada ao Congresso, esse dispositivo poderá ser aplicado para situações de liquidação, modificação do objeto, das sedes e da denominação social da empresa e de suas subsidiárias e algumas alterações no estatuto social.

De acordo com pesquisas feitas a pedido da Eletrobras, a resistência dos deputados ao projeto de privatização chegava a 43,6% em novembro, ante 32% que se diziam contrários em outubro - a intenção de vender o controle da estatal foi anunciada em agosto. Com a informação de que haveria uma golden share, contudo, os críticos caíram a 36%.

O apoio à venda com a golden share é de 60,4% dos deputados, segundo a pesquisa, e de 52,7% se o governo tivesse optado por encaminhar o projeto sem esse poder de veto, como defendia o Ministério da Fazenda. Para a equipe econômica, essa ação especial desvaloriza o valor dos ativos por ser vista negativamente pelo mercado financeiro.

Os governistas também pretendem bater no discurso de que, sem o projeto, será necessário aportar recursos na empresa este ano e contam com a disposição do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em incluir a privatização da elétrica como uma realização de sua gestão. Maia trabalha para concorrer à Presidência como candidato de centro-direita, com uma agenda de diminuição do Estado e racionalidade dos gastos públicos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** EDP vende mais energia

A EDP Energias do Brasil terminou 2017 com alta de 1,1% na energia total distribuída. No quarto trimestre, o avanço foi de 3%. No ano, o consumo apenas no mercado cativo (residencial, industrial e comercial) teve queda de 8,5%, puxada, principalmente, pela redução de 24,9% no segmento industrial e de 10,2% no comercial.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Empresas**Autor:** Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo**Título:** Vinci Partners estuda disputar leilão de privatização da Cesp

A Vinci Partners tem interesse em disputar o leilão de privatização da Cesp. A gestora está conversando com potenciais parceiros para fazer um lance pela estatal elétrica paulista, após a sinalização de que o governo federal trabalha na elaboração de um decreto permitindo a prorrogação da concessão da hidrelétrica de Porto Primavera por mais 20 anos, até 2048.

Conforme antecipado pelo **Valor**, o decreto, que deve ser publicado nos próximos dias, vai regulamentar a aplicação da Lei 9.491, de 1997, permitindo a extensão do prazo de concessões, condicionadas a processos de privatização. O decreto não deve mencionar a Cesp especificamente, mas será aplicado ao caso da companhia.

"Temos um certo desejo de nos envolvermos na privatização da Cesp. [...] Se o governo federal conseguir trabalhar com o governo estadual para estender a concessão de Porto Primavera, começa a fazer sentido", afirmou José Guilherme Souza, sócio da Vinci responsável pela área de infraestrutura. "[A Cesp] é um ativo muito grande, de muita relevância. A estratégia é ir [para o leilão] com parceiro. Estamos tendo conversas com potenciais parceiros para, eventualmente, nos qualificarmos para esse processo", completou.

Quase três anos depois de ter vendido sua participação na Equatorial Energia, por R\$ 700 milhões, a Vinci volta a dedicar atenção ao setor de energia, eleito prioritário para novos investimentos da gestora em infraestrutura. O objetivo da Vinci é duplicar nos próximos três anos o volume gerido em infraestrutura, atualmente de R\$ 2 bilhões. Além do setor de energia, a gestora tem interesse nos mercados de saneamento e aeroportos.

Em energia, a gestora arrematou a concessão de um empreendimento de transmissão, de 198 quilômetros, no Nordeste, em leilão realizado em abril de 2017, e continua acompanhando oportunidades, tanto em novos leilões quanto de fusões e aquisições. Segundo Souza, a área de transmissão é um segmento "chave" para a Vinci.

A gestora também analisa oportunidades nos setores de geração a gás natural, em que inclusive está estudando um projeto, e a partir de fontes renováveis, incluindo eólica, solar e pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Sobre Eletrobras, a Vinci pretende estudar oportunidades de aquisições de participações da estatal em sociedades de propósito específico (SPEs) de transmissão e geração de energia eólica, e tem interesse na privatização das seis distribuidoras da estatal no Norte Nordeste.

"[As distribuidoras da Eletrobras] são empresas que, basicamente, estão na mesma situação, ou pior, do que estavam Cemar e Celpa quando adquirimos na época que ainda controlávamos a Equatorial. Dado a toda a expertise que desenvolvemos ao longo do tempo em que estávamos na Equatorial, entendemos que faz sentido olhar de novo para voltar a colocar em prática essa experiência", explicou Souza.

O executivo contou ainda que a Vinci está sendo sondada por consórcios que participam do processo de venda, pela Petrobras, de 90% de participação na Transportadora Associada de Gás (TAG), empresa responsável por uma rede de gasodutos de 6,5 mil quilômetros de extensão, com capacidade firme contratada de movimentação de gás natural de cerca de 75 milhões de metros cúbicos diário.

"Nessa segunda fase [etapa vinculante do processo de venda da TAG] alguns consórcios estão nos provocando e temos interesse em avaliar para compor eventualmente algum consórcio", explicou o executivo.

Segundo Souza, o espírito de recuperação de empresas que dominou o grupo na época de controlador da Equatorial é o que motiva a Vinci a entrar na área de saneamento. De acordo com ele, há um espaço para aumento de produtividade e eficiência no setor. "Há um gap de investimentos muito grande. Mas talvez tenha um gap ainda maior de gestão", explicou o executivo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: União barra negócio entre Eletronorte e Abengoa

O governo conseguiu barrar, na sexta-feira, uma articulação na Eletronorte para assumir uma das linhas de transmissão mantidas em parceria com a Abengoa - empresa em recuperação judicial. A subsidiária da Eletrobras se preparava para usar o direito de preferência na compra de 51% na Norte Brasil Transmissora de Energia, responsável por ligar Porto Velho (RO) a Araraquara (SP), com 2.375 quilômetros de rede.

A assessoria de imprensa da Eletronorte confirmou que o conselho de administração tratou do assunto por videoconferência. O encontro virtual foi interrompido, sem ser concluído formalmente.

O **Valor** apurou que o governo, ao saber da movimentação, tratou de acionar o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior. O executivo, com alguns telefonemas, assegurou que a decisão não fosse tomada pela subsidiária com atuação na região Norte.

A aquisição de fatia da Abengoa foi considerada de alto risco, pois o projeto poderia vir acompanhado de passivos detidos pela companhia em crise. Na avaliação do governo, a decisão poderia comprometer a atração de investidores, nacionais e internacionais, durante a oferta de novas ações prevista no processo de privatização da holding em 2018.

A negociação de participações da Abengoa ocorre por meio de leilão judicial, conduzido pela 5ª Vara Empresarial do Rio com o propósito de levantar recursos para pagamento dos credores.

O fundo americano TPG (Texas Pacific Group) apresentou, em dezembro, a proposta vencedora para entrar em sete transmissoras da Abengoa. Empresas que mantêm sociedade com a Abengoa nesses projetos foram notificadas para manifestarem interesse em exercer a preferência na aquisição.

Se o direito de preferência fosse exercido até ontem, a Eletronorte teria que pagar o valor de referência apresentado pela TPG no leilão judicial. Isso iria na contramão da política de venda de participações em projetos do setor adotada pelo atual comando da Eletrobras.

Ao adquirir participações da Abengoa, a TPG estará blindada do repasse de dívidas. Tal garantia está prevista na Lei de Falências. Essa proteção, no entanto, não é assegurada a sócios nos empreendimentos levados ao leilão judicial.

Outra preferência de compra envolve os 50,5% da Abengoa na Manaus Transmissora em favor da Eletronorte e Chesf. Neste caso, foi concedido um prazo maior para indicar de interesse na linha de 586 quilômetros entre AM e PA.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Aneel analisa proposta de parcelar débitos de GSF**

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai analisar hoje, em sua primeira reunião ordinária neste ano, pleito apresentado por três pequenas hidrelétricas para o parcelamento de despesas relativas ao déficit de geração hídrica, medida pelo GSF (na sigla em inglês). As despesas, de R\$ 14 milhões (dos quais apenas 2,95% já foram quitados) são pequenas em relação aos R\$ 6 bilhões de inadimplência no mercado livre devido ao GSF, mas indicam um caminho que pode ser seguido por grandes empresas com valores mais expressivos a pagar, por causa do mesmo problema. E a decisão da agência pode sugerir a solução para os demais casos futuros.

Os pedidos foram apresentados pela Central Elétrica Anhanguera (Celan), Hidrelétrica Malagone (HMSA) e Santa Helena Energia. As solicitações foram apresentadas à Aneel uma semana após o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), ter derrubado liminar da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa (Abragel) que protegia suas associadas, incluindo essas empresas, dos pagamentos devidos de GSF.

Segundo uma fonte com conhecimento do assunto, as três hidrelétricas não tinham recursos em caixa para fazer a quitação e pediram o parcelamento. Como a regulação do setor não prevê o parcelamento, a solicitação precisa ser submetida à diretoria da Aneel.

A Associação Brasileira de Comercializadores de Energia (Abraceel) se posicionou no processo defendendo que o parcelamento não seja concedido enquanto não houver regulamentação sobre a matéria. Na mesma linha, a superintendência de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da Aneel propôs, em nota técnica, o indeferimento pela diretoria do pleito das usinas.

A superintendência, porém, também sugeriu a abertura de consulta pública para discutir uma regulamentação sobre o tema. Mesmo com a indicação da superintendência, os diretores podem decidir a favor do pedido. O relator do processo será o diretor André Pepitone da Nóbrega.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: André Ramalho, Marcelle Gutierrez e Victor Aguiar | Do Rio e de São Paulo****Título: Sócios trabalham mudanças na Braskem**

Seis meses após o início das conversas entre a Petrobras e Odebrecht para revisão do acordo de acionistas da Braskem, a petroleira estatal deu um passo importante em direção à venda de sua participação na companhia petroquímica. Segundo analistas consultados pelo **Valor**, a proposta de conversão das ações preferenciais (PN) da Braskem, em ordinárias (ON), prevista dentro de um processo mais amplo de reestruturação societária, abre as portas para que a empresa seja listada no Novo Mercado da B3 e tenha o valor elevado.

Na sexta-feira, a Petrobras comunicou que as tratativas com a Odebrecht para a revisão do acordo de acionistas evoluíram para estudos sobre uma unificação das espécies de ações da Braskem. Ontem, no primeiro pregão após a divulgação do fato relevante, as ações ON da petroquímica subiram 3,13%, enquanto as PNs avançaram 2,45%.

A Petrobras já manifestou que pretende se desfazer de sua participação no setor petroquímico. A Braskem é um dos desinvestimentos mais promissores dentro do programa de desinvestimentos da estatal. A empresa tem como meta desinvestir US\$ 21 bilhões no biênio 2017-2018, mas, para atingir o número, terá de acelerar os esforços para venda de ativos nos próximos meses, já que até o momento só anunciou US\$ 4,45 bilhões - o equivalente a cerca de 20% do compromisso assumido com o mercado.

Os estudos para conversão das ações ainda se encontram em fase preliminar. Segundo uma fonte a par do assunto, a proposta da unificação dos papéis foi um dos pontos que mais avançou nas negociações entre a Petrobras e Odebrecht sobre a revisão das condições do acordo de acionistas da Braskem, iniciadas em julho. A mesma fonte destaca que ainda existem "muitas discussões em andamento" nos grupos de trabalho que tratam da revisão do acordo, razão pela qual ainda não é possível prever quando se encerrarão as conversas.

Advogado de direito societário do Vinhas e Redenschi Advogados, Leonardo Lobo, destaca que um processo típico de conversão de ações costuma ser rápido. Ele explica que uma operação desse tipo, se confirmada, deve representar uma diluição da participação dos atuais acionistas controladores e pode contribuir para a pulverização das ações da Braskem. A Odebrecht tem

50,1% do capital votante e 38,3% do capital total da petroquímica. A Petrobras, por sua vez, possui 47% do votante e 36,1% do total, enquanto os demais acionistas possuem 2,9% do capital votante e 25,5% do capital total.

"[a conversão das ações e posterior adesão ao Novo Mercado] Passam uma mensagem positiva para o mercado. Num primeiro momento deve haver uma valorização das ações da Braskem. Isso vai ser bom para a Petrobras e a Odebrecht, ainda que elas tenham seu capital votante diluído", avalia Lobo.

Para os analistas Rodolfo Angele e Felipe Dos Santos, do J.P. Morgan, a unificação já era uma possibilidade cogitada no mercado. "Uma estrutura com classe única de ações pode ser uma melhora significativa da governança da empresa, permitindo que vá para o Novo Mercado", avaliaram. Atualmente, a Braskem está no Nível 1, o mais baixo dos três segmentos da B3.

O Santander destaca que, atualmente, a empresa é negociada com múltiplos em torno de 5,5 vezes, enquanto os pares globais apresentam indicadores em torno de 7 a 8 vezes. O analista Gustavo Allevato acredita, no entanto, que uma valorização da Braskem contribuirá para diminuir o desconto em relação aos pares internacionais da companhia. "Com a melhora da governança, tendência é que o desconto excessivo diminua", disse.

Segundo uma fonte com experiência em reestruturações societárias, um dos principais pontos ainda pendentes para que a unificação das ações avance é a definição da proporção das ações PN a serem convertidas. O andamento das negociações entre os acionistas, para estabelecimento de uma cláusula "*poison pill*" (mecanismo de proteção à dispersão acionária, que dificulta a aquisição hostil de uma companhia) também é considerado um dos pontos sensíveis.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Consumo de aço no país volta a crescer pela primeira vez desde 2013

Pela primeira vez desde 2013, o consumo de aço subiu no Brasil durante o ano passado. Mesmo assim, depois da recessão no país e especialmente com a procura bem mais deprimida pelo material nos últimos anos, o nível ainda é menor do que o de 2015.

Segundo o Instituto Aço Brasil, o consumo aparente de produtos siderúrgicos - índice que reúne vendas internas das usinas e importações - foi de 19,2 milhões de toneladas em 2017, alta de 5,3%. Apesar de a entrega das companhias locais

ter melhorado, foi a busca por produtos estrangeiros que sustentou esse aumento.

No ano, as vendas internas chegaram a 16,9 milhões de toneladas, 2,3% a mais do que em 2016. Por outro lado, as importações cresceram 23,9%, alcançando 2,33 milhões de toneladas. Ou seja, cerca de 53% da recuperação do mercado ficou com o aço importado.

"É um crescimento ainda muito fraco", comenta Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Aço Brasil. "Vimos um aumento muito forte do setor automotivo, também de uma base comprimida como a nossa. Mas esperamos que 2018 confirme que 2017 foi um ponto de inflexão."

A demanda pelos produtos siderúrgicos seguiu fraca, apesar do avanço, principalmente porque o segmento de aços longos, mais destinados à construção civil e de infraestrutura, não vivenciou a mesma retomada de planos, usados pelo setor automotivo e eletrodomésticos.

O consumo aparente de aços longos caiu 9% no ano passado, para 7,1 milhões de toneladas - menor nível da década. Nesse caso, tanto produtos nacionais quanto estrangeiros sofreram. Já a procura por planos subiu e foram consumidas 11,4 milhões de toneladas, alta de 11%. As vendas internas subiram 5,8% e as importações, 72,3%.

"E as perspectivas para a construção ainda não são das melhores", diz Lopes. "A única coisa que pode acelerar o longo período que nós projetamos para a volta do consumo de 2013 [recorde histórico] é a construção, com edificações em geral e projetos de infraestrutura. Uma das preocupações é que o fomentador dessa área, a Caixa Econômica Federal, está no olho do furacão."

Também de acordo com o Aço Brasil, a produção de aço bruto foi elevada em 9,9% durante 2017, atingindo 34,37 milhões de toneladas. Nesse caso, foi o maior volume exatamente desde 2013, mas influenciado por uma nova unidade destinada majoritariamente à exportação.

Sem a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), que iniciou as atividades no segundo semestre de 2016, o aumento teria sido de 5,6%, informa o instituto.

Não só a CSP, como todas as outras usinas se voltaram mais ao exterior em 2017. As vendas faturadas das usinas no mercado externo subiram em ritmo bem superior ao das vendas internas, em 12,5%, e totalizaram 14,65 milhões de toneladas. O ganho foi ainda mais intenso em dólares - alta de 33,7%, para US\$ 7,24 bilhões.

Levando em conta apenas dezembro, o consumo aparente foi de 1,6 milhão de toneladas, 11,5% acima do mesmo mês de 2016, mas praticamente estável ante novembro. As vendas internas subiram 13,4% em comparação anual, mas recuaram 1,5% de um mês para o outro, chegando a 1,41 milhão de toneladas. As importações atingiram 146 mil toneladas - queda de 27,4% e 12%, respectivamente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Copel emite debênture

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) concluiu a emissão de R\$ 600 milhões em debêntures de três anos. Os títulos terão remuneração correspondente a 119% da taxa interfinanceira (CDI). O BB Investimentos atuou como coordenador da operação e a Pentágono será o agente fiduciário.

(Daniela Meibak)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petros planeja venda de imóveis e cogita investimento no exterior

A Petros planeja leiloar cerca de dez imóveis que possui em carteira, como parte de sua nova política de investimentos. O fundo de pensão dos funcionários da Petrobras também começou a olhar, ainda que de forma tímida, para aplicações no exterior, afirmou ao **Valor** seu diretor de investimentos, Daniel Lima.

A busca por liquidez segue como principal foco da Petros para o PPSP, o plano de benefício definido que ainda concentra os ativos problemáticos da fundação, com patrimônio de R\$ 59,5 bilhões.

As novas medidas estão previstas na atual política de investimentos da fundação, que vale por cinco anos, até 2022. "Imóveis e participações estão nessa classe que deve reduzir [a participação] ao longo do tempo", disse Lima. Segundo ele, não há pressa e as negociações só serão feitas no preço considerado certo. Na visão do diretor, o cenário para os imóveis em um ambiente de juros mais baixo pode "melhorar bastante". "Temos imóveis bem localizados, que têm um apelo comercial. Acreditamos que boas oportunidades vão surgir."

As vendas se darão via leilão público. O executivo não quis adiantar quais imóveis serão vendidos. A carteira de imóveis da entidade é avaliada em pouco mais de R\$ 4 bilhões, sendo R\$ 3,8 bilhões do PPSP. Os empreendimentos são alugados a patrocinadores e terceiros. Em seu site, a entidade anuncia imóveis para locação, como o Edifício Paulista 500, em São Paulo, e o Edifício Lavradio, no centro do Rio. A política de investimentos prevê que a participação do segmento fique entre 4% e 8%.

"Somos investidores financeiros. O que buscamos é rentabilizar a carteira. Não adianta termos uma carteira muito grande, que gera um custo operacional muito desproporcional", afirma. Com um portfólio mais flexível, o objetivo é aproveitar distorções de preços, seja para aumentar posições em ativos que considera baratos ou liquidar posições em outros segmentos.

No ano passado, a Petros vendeu suas fatias em Itaúsa, FIP Florestal, Iguatemi e concluiu a alienação de JBS e CPFL Energia. Assim, a participação da renda variável no PPSP passou de 34% em 2016 para 23% em 2017 - percentual próximo do alvo de 20% estabelecido para a atual política. Com os recursos dos negócios, a Petros investiu em renda fixa.

Já na renda fixa, a gestão ativa e a diversificação da carteira são vistos como mandatórios em um ambiente de juros menos atrativos. Além de crédito privado e multimercados, a Petros também vai dar mais atenção aos investimentos no exterior. No PPSP, a política passou a admitir investimentos do tipo, mas ainda de forma tímida, limitados a uma fatia de 1%. Caso opte pela alocação, ela deverá ser submetida ao conselho deliberativo.

Lima acredita que o mercado secundário de crédito privado tende a se desenvolver, se os juros permanecerem baixos. Muitas vezes, o apetite e a capacidade de alocação de fundações que administram recursos bilionários é maior do que o tamanho das emissões disponíveis. "Vamos ter que começar a desenvolver novas estratégias de lidar com o crédito privado que não seja comprar e levar na carteira."

A fundação também aposta nos fundos multimercados estruturados. A exemplo do que já fez com os gestores de renda fixa e de renda variável, prepara o processo de seleção de gestores para estes ativos, e que deve concluir no primeiro semestre.

Já os investimentos estruturados continuam vedados. A participação atual é de 3% e a política prevê que chegue a 1%. Lima afirma que a fundação está preocupada com a extensão do prazo de alguns Fundos de Investimentos em Participações (FIPs), que já venceram o período contratado inicialmente.

"Temos cobrado muito dos gestores as estratégias de saída", disse, referindo-se

a fundos que não apresentaram problemas de ingerência ou má gestão. Nestes casos, o diretor disse que o trabalho para recuperar os investimentos continua, mas não quis detalhar os processos judiciais ou as investigações na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). "Asseguro que os trabalhos são intensos", afirmou.

Até o final do mês, o conselho deliberativo deve se pronunciar sobre a redução da meta atuarial, em linha com outros fundos de pensão como Funcef (Caixa Econômica Federal) e Valia (Vale). Atualmente, o objetivo do PPSP é de IPCA mais 5,85%. Também não há definição sobre o início das contribuições adicionais previstas no plano que visa equacionar o déficit de R\$ 27,7 bilhões. A informação mais recente da Petros é que começariam até fevereiro.

No ano até setembro, o PPSP teve alta de 8,51%, acima da meta de 6,22%, segundo os dados mais recentes. O fechamento do ano ainda depende de ajustes na carteira.

No PP-2, plano mais jovem e de contribuição variável, já é possível dizer que encerrará 2017 ano acima do objetivo, diz o diretor. Entre janeiro e setembro o ganho foi de 8,18% ante meta de 6,10%.

Neste plano, a política de investimentos possibilita maior risco. A renda fixa, que hoje representa 81% dos investimentos, tem como alvo uma fatia de 74%. Para a renda variável, hoje em 11%, o objetivo é chegar a 15%. A alocação em investimentos estruturados não está vedada, mas a participação deve cair dos atuais 2% para 1%. Caso opte por este tipo de investimento, o conselho deliberativo deve aprová-lo, na mesma linha dos investimentos do exterior no PPSP. A seleção dos investimentos e dos gestores será ainda mais rigorosa, garante Lima.

MME / ASCOM .